



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a

Aprova o Orçamento do Estado para 2024

REVOGAÇÃO DO REGIME DOS PROJETOS DE POTENCIAL INTERESSE NACIONAL (PIN)

Proposta de Alteração

TÍTULO V

Disposições finais

Artigo 195.º

[Norma revogatória]

São revogados:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];
- e) [...];
- f) [...];
- g) [...];
- h) O Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de Novembro, que Institui o sistema de acompanhamento de projetos de investimento, e procede à criação do Conselho Interministerial para o Investimento e da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor.

Assembleia da República, 14 de novembro de 2023

Os Deputados,

DUARTE ALVES; BRUNO DIAS; PAULA SANTOS; ALMA RIVERA; JOÃO DIAS; ALFREDO
MAIA

Nota Justificativa:

A privatização e liberalização de sectores estratégicos da economia, o favorecimento dos interesses dos grupos económicos que se apropriaram desses sectores, mobilizando recursos públicos e contornando exigências legais para benefício de interesses privados, está na origem da situação de promiscuidade entre o interesse público e os interesses dos grupos económicos privados.

A legislação em vigor, da responsabilidade do Governo PSD/CDS, alterou anteriores versões de Governos do PS, mantendo um regime para estes projetos que contorna legislação de protecção ambiental e urbanística. Os projetos desenvolvidos ao abrigo deste regime têm uma “via rápida” que lhes permite ignorar normativas relacionadas com o ordenamento do território, com o regime urbanístico, e com restrições de utilidade pública de âmbito nacional como a Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Reserva Ecológica Nacional (REN), e nas áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, bem como na floresta.

As exigências técnico-administrativas e as respetivas consultas públicas não são mera burocracia ou “custos de contexto”, mas sim, um valor democrático de precaução para o desenvolvimento sustentável do país, ao qual os investimentos privados e públicos se devem submeter. São uma mais-valia para a proteção do ambiente, para o envolvimento das populações, com vantagens também para os próprios projetos de investimento.

O objetivo de assegurar maior fluidez na tramitação técnico-administrativa dos processos de investimento privado é correto, mas deve ser alcançado através do

reforço de meios humanos e técnicos nas administrações públicas ao nível central, regional e local. Não é através da facilitação, do aligeiramento dos métodos de verificação prévia e do esvaziamento da administração pública, que se assegura o interesse público.

O PCP contestou este regime em diversas ocasiões, nomeadamente em 2007, em 2012 e em 2016. Em 2007 o PCP referiu que “No essencial, os PIN têm servido para facultar à especulação imobiliária a possibilidade de ocupação de solos protegidos, adquiridos a custos baixíssimos, porque se encontram muitas vezes incluídos em áreas protegidas.” Em 2016, reafirmámos: “Por via dos PIN, território protegido, adquirido a custos baixíssimos porque classificado como agrícola ou incluído em áreas protegidas, é brutalmente valorizado e transformado em coutada dos grandes grupos económicos e financeiros, sobretudo os associados à especulação imobiliária”.

A realidade tem dado razão a estas preocupações reiteradas pelo PCP em diversas ocasiões. Não só se verifica o favorecimento de investimentos de grandes multinacionais e consórcios liderados por grupos privados, passando ao lado de legislação ambiental e urbanística, como tem sido promovidos investimentos imobiliários que contribuem para o aumento dos preços da habitação.

Portugal deve ter uma política de promoção do investimento, desde logo o investimento público, de aposta na incorporação tecnológica e na valorização dos salários, de reindustrialização e reforço dos sectores produtivos, substituindo importações por produção nacional, salvaguardando as exigências de um desenvolvimento sustentável. A atração de investimento para o país não pode ficar dependente da concessão de benesses fiscais ou administrativas, que só contribuem para atrair investimentos que se dirigem a Portugal pelos piores motivos, além de adensar a promiscuidade entre público e privado, que dá origem à corrupção.